

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

Submetemos a apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, tecendo os seguintes comentários:

A - sobre as atividades desenvolvidas:

1. em 2015, mantiveram-se os contratos de prestação de serviços e de fornecimento de materiais, em caráter contínuo, com a Prefeitura Municipal de Santos a saber:
 - prestação de serviços na área de tecnologia da informação
 - conservação de vias públicas asfaltadas
 - fiscalização e controle da limpeza pública
 - serviços de coleta, separação e comercialização de materiais recicláveis
 - serviços de digitação e revisão de textos de atos oficiais
 - serviços de limpeza de unidades das Secretarias da Saúde, da Educação, de Assistência Social, do Meio Ambiente (Coordenadoria de Proteção da Vida Animal)
 - fornecimento de massa asfáltica
 - suporte técnico à execução de projetos desenvolvidos pela Secretaria de Planejamento
 - instalação e operação de sanitários públicos móveis em feiras-livre e outros locais
 - prestação de serviços de impressão e acabamento
 - recolhimento de resíduos flutuantes
 - serviços de limpeza do sistema de drenagem compreendendo: desassoreamento e limpeza de canais, limpeza de córregos e galerias, de caixas nos sopés dos morros, de poços de visita, de canaletas, ramais de ligação e bocas de lobo e remoção do excesso de areia da praia;

2. o Departamento de Apoio à Limpeza Pública (DEAP) retirou das águas, com uso de embarcação tipo catamarã, 22.693 kg de resíduos flutuantes, quantidade 24% inferior à coletada em 2014; a coleta seletiva - 4.360 toneladas em 2015 - também sofreu uma redução de 5% em relação a quantidade coletada em 2014;

Odoir González
Diretor-Presidente
PRODESAN

3. Na área de apoio a limpeza urbana, os serviços de limpeza do sistema de drenagem, tiveram um incremento em relação ao ano de 2014, conforme quadro a seguir:

Serviço	2014	2015	Varição aproximada
Limpeza de galerias	82.544 m	91.934 m	+ 11%
Limpeza de Poços de Visita	5.676 u	6.997 u	+ 23%
Limpeza de Bocas de Lobo	9.888 u	14.948 u	+ 51
Limpeza de ramais	79.391 m	99.197 m	+ 25%
Limpeza de canaletas	19.094 m	22.601 m	+ 18%

4. O Departamento de Arquitetura e Urbanismo desenvolveu, em 2015, os seguintes projetos:

- ▲ construção de centro cultural e esportivo no Morro do Bufo (junto ao túnel);
- ▲ reforma e ampliação da CAPEP;
- ▲ implantação de Ciclovias na rua Dr. Cochrane, na bacia do Mercado, na Av. Washington Luiz;
- ▲ reurbanização das ruas Bassin Nagib Trabulsi (Ponta da praia), Goitacazes e Pereira Barreto (Gonzaga)
- ▲ reurbanização das Praças João Barbalho (Pompéia), Olimpio Lima (Vila Belmiro) e dos Expedicionários (Gonzaga);
- ▲ recuperação da Ponte Edgard Perdigão;
- ▲ reurbanização da ilha, calçadas do entorno e espelho d'água da Praça Independência (Gonzaga);
- ▲ reurbanização do calçadão junto aos prédios do INSS (Aparecida);
- ▲ construção de monumento em homenagem ao ex-jogador Zito (Vila Belmiro);
- ▲ implantação de cabines de segurança na Av. Ana Costa e Passarela do Samba.

5. o Departamento de Engenharia, elaborou os elementos técnicos de engenharia (especificações, orçamento e cronograma físico-financeiro, composição de preços unitários e fontes de preço) para as obras decorrentes dos projetos desenvolvidos pelo DEURB, acima elencados e, também para as obras de reurbanização do


Odair Gonzalez
Diretor-Presidente
PRODESAN

canal da Rua Barão de Penedo, do Espaço de Atividades Náuticas (em frente ao Aquário Municipal), de reforma das escadarias do Monte Serrat, de infraestrutura para implantação de ciclovia no Jabaquara e na rua Silva Jardim e de revitalização do espaço cultural da Concha Acústica;

elaborou também os projetos estruturais, de instalações elétricas e de hidráulica para as obras elencadas no tópico anterior (exceto ciclovias);

executou levantamentos topográficos para desenvolvimento pelo DEURB dos projetos de arquitetura relacionados no anterior;

6. a produção de Massa Asfáltica em 2015 foi cerca de 42% inferior ao último exercício (58.983 toneladas em 2014 e 34.281 toneladas em 2015); das quantidades produzidas, 68% foram destinadas a Prefeitura, 32% a terceiros;

embora a Prefeitura tenha a maior participação no destino da produção de massa asfáltica, o fornecimento de massa para obras de pavimentação da Prefeitura sofreu redução em 2015: de 38.365 t para 17.789 t, cerca de 54%.; nos serviços de tapa-buraco tivemos um ligeiro acréscimo de 10% nas quantidades aplicadas que passaram de 4.527,43 t para 4.989,49 t no ano; também a venda de massa asfáltica para terceiros teve redução em 2015: de 16.091 t para 11.103 t, cerca de 31%.

7. dentre as atividades desenvolvidas pelo Departamento de Tecnologia da Informação – DINF em 2015, destacamos:

- ▲ na área de impressão e acabamento além da manutenção dos serviços que vinham sendo prestados para a Prefeitura, Câmara, CAPEP, Santa Casa e CODESP, foram introduzidos novos serviços: para a SEFIN, impressão de carta de cobrança de tributos em forma de boleto, para a SEDUC impressão de livros de poesia, diários de classe e planos de curso.

Voltado às atividades da PRODESAN, o DINF promoveu em 2015:

- ▲ melhorias na infraestrutura da sala dos servidores;
- ▲ atualização de versões dos sistemas operacionais para Windows 7;
- ▲ desenvolvimento e implantação das seguintes aplicações: **JPRO.CC** referente a gerenciamento do Plano de Centros de Custo, **JPRO.UOR** relativa às competências das Unidades Organizacionais da Empresa, **JPRO.TED**

Uair González
Diretor-Presidente
PRODESAN

destinada ao controle eletrônico do trâmite de documentos e **JPRO.Visitantes** para identificação de pessoas que acessem as instalações físicas da empresa; todas as aplicações relacionadas são acessadas pela internet, através de dispositivos móveis dentro e fora do alcance da rede corporativa;

- ▲ diversas intervenções no Portal: substituição da ferramenta OpenCMS por WORDPRESS, implementação de novo design, reestruturação do espaço para publicação de informações relacionadas à Lei de Acesso à Informação e outras de interesse do pessoal (informes de rendimento, holerites); publicação de relatórios de pagamento, substituindo impressões em papel; implementação de recursos que facilitam o acesso de pessoas com necessidades especiais.

B – sobre as demonstrações contábeis:

O Balanço que ora apresentamos mostra a Receita Operacional Bruta e as Despesas Operacionais em níveis semelhantes aos de 2014. Enquanto a Receita teve ligeira queda (1,39%) pela redução de algumas atividades da Empresa, notadamente no fornecimento de massa asfáltica, as Despesas sofreram acréscimo de 1,23%, decorrente, principalmente, das despesas gerais, administrativas e de pessoal, afetadas pelo aumento da inflação.

Inobstante a redução da Receita, o Lucro Bruto teve um aumento de 25,22%, comparativamente a 2014, em função da recuperação de impostos e redução dos custos dos serviços e produtos vendidos. Essa situação levou a uma redução de 7,63% no prejuízo do exercício, em relação a 2014.

Destacamos ainda que todos os Acordos de Pagamento – trabalhistas e judiciais - celebrados pela Empresa foram adimplidos em 2015, inclusive o parcelamento previsto na Lei 11941/2009 e na Lei 10.522/2002, que tratam das dívidas previdenciárias e demais débitos administrados pela Secretaria da Fazenda Federal. Também a amortização do refinanciamento da dívida mobiliária consolidada em 30 de novembro de 2001, através de retenção da quota parte do FPM (Fundo de Participação dos Municípios), foi mantida pela Prefeitura Municipal de Santos.

Como previsto no Relatório da Administração que apresentou o Balanço encerrado em 2014, a recessão econômica que se instalou no país em 2015, levando à redução das atividades da Empresa, exigiu um esforço contínuo de contenção nos custos administrativos e operacionais e adoção de medidas visando à sua continuidade.


Odair Gonzalez
Diretor-Presidente
PRODESAN

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da **PRODESAN – Progresso e Desenvolvimento de Santos S.A.** examinou as Demonstrações Financeiras da Sociedade referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, complementadas por Notas Explicativas, elaboradas em consonância com o que determina a Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, configuradas pela legislação societária, através das Leis nºs. 11.638/2007 e 11.941/2009, bem como, o Relatório da Administração sobre os negócios sociais e os atos administrativos mais relevantes ocorridos no citado ano, concordando com as considerações constantes do Parecer do Relatório dos Auditores Independentes, inclusive com as ressalvas, destacando a questão do refinanciamento da dívida mobiliária da Prodesan junto ao INSS (Lei Municipal nº 1.835 de 27 de dezembro de 1999) consolidada até 30 de Novembro de 2001, com amortização dos débitos realizados através de retenção da quota parte do Fundo de Participação do Município (FPM), para qual solicita a homologação.

Os membros efetivos do Conselho Fiscal levaram em consideração as análises realizadas nos balancetes mensais, os trabalhos de acompanhamento da gestão, as práticas adotadas para o encerramento do balanço, tudo em consonância com a legislação em vigor e o parecer dos auditores independentes, firmando opinião que os citados documentos estão em condições de serem aprovados e submetidos à final apreciação e aprovação dos Acionistas.

Os Conselheiros Fiscais, com base nos resultados apresentados nas Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31/12/2015, propõem que:

- A Diretoria da Prodesan, junto com a área técnica da Prefeitura, procure viabilizar a prestação de serviços dos itens disponíveis pela Prodesan quanto às obras que estão sendo executadas no município, especialmente junto a Usina de Asfalto, para reverter a atual situação e aumentar a receita;
- Apesar da diretoria administrativa e jurídica da Prodesan terem apresentado propostas para a renegociação do Termo de Compromisso de Pagamento de Débitos nº 43/2011 – Processo nº 19.379/2009-98, no que diz respeito aos juros que estão sendo praticados, que tornam o adimplemento inviável, essa situação ainda permanece e há a necessidade de outras propostas mais objetivas.

Santos, 21 de Março de 2016.


PROF. ROBERTO PATELLA


JOSÉ FERNANDO DE CARVALHO


MARIA DE FÁTIMA TELES DE ANDRADE

CNPJ 58.131.582/0001-25
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

Em R\$(1,00)

A T I V O	2.015	2.014
CIRCULANTE		
Caixa e Bancos	30.705	144.208
Aplicações Financeiras	131.629	14.165
Duplicatas a Receber	7.094.792	11.454.451
Contas a Receber	10.798	1.206.000
Outros Créditos	2.713.281	3.181.973
(-) Provisão p/ Devedores Duvidosos	(49.539)	(6.369.923)
Estoques	355.742	427.009
Obras e Serviços em Andamento	111.678	140.769
Despesas Antecipadas	204.126	38.457
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE	10.603.211	10.237.109
NÃO CIRCULANTE		
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		
Outros Créditos	788.816	762.217
TOTAL DO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	788.816	762.217
INVESTIMENTOS	6.971	6.971
IMOBILIZADO	95.085.778	96.217.663
INTANGÍVEL	150.096	189.750
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	96.031.661	97.176.601
TOTAL DO ATIVO	106.634.872	107.413.710

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



prodesan

Progresso e
Desenvolvimento de
Santos

CNPJ 58.131.582/0001-25

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

Em R\$(1,00)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.015	2.014
CIRCULANTE		
Fornecedores	3.664.085	3.680.243
Obrigações com Pessoal	28.668	66.009
Obrigações Sociais e Previdenciárias	5.059.376	7.630.795
Obrigações Tributárias	3.289.269	3.616.010
Obrigações com Ações Judiciais	679.645	705.040
Provisão Férias e Encargos	7.328.058	6.943.137
Provisões para Contingências	4.570.093	3.832.787
Outras Exigibilidades	3.383.298	4.933.586
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE	28.002.491	31.407.607
NÃO CIRCULANTE		
Obrigações Sociais e Previdenciárias	173.677.577	177.205.181
Obrigações Tributárias	41.118.999	43.427.546
Obrigações com Ações Judiciais	383.585	686.334
Provisões para Contingências	168.805	135.135
Outras Obrigações	66.299.959	53.161.844
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	281.648.924	274.616.040
TOTAL DO PASSIVO	309.651.415	306.023.647
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital	36.449.649	35.049.649
Ajuste de Avaliação Patrimonial	64.494.684	65.552.625
Prejuízos Acumulados	(303.960.875)	(299.212.211)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(203.016.542)	(198.609.937)
TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	106.634.872	107.413.710

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**

Em R\$(1,00)

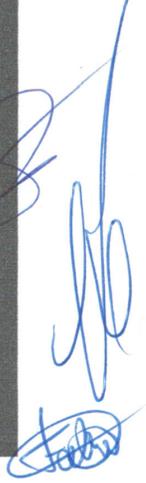
	2.015	2.014
Receita Operacional Bruta	65.842.850	66.773.394
(-) Impostos e Devoluções	(5.909.327)	(6.815.645)
Receita Operacional Líquida	59.933.523	59.957.749
(-) Custos dos Serv. e Produtos Vendidos	(51.108.853)	(52.910.656)
LUCRO BRUTO	8.824.670	7.047.093
Despesas Operacionais		
Pessoal e Encargos	9.949.562	8.267.931
Honorários da Administração	541.193	503.350
Depreciações	880.828	624.642
Gerais e Administrativas	1.334.650	778.287
Despesas Financeiras Líquidas	2.475.010	4.821.895
TOTAL DESPESAS OPERACIONAIS	15.181.243	14.996.105
Ganhos com Benefícios da Lei 13.043/2014	-	1.067.714
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DOS EFEITOS INFLACIONÁRIOS	(6.356.573)	(6.881.298)
Variações Monetárias Ativas	-	-
Variações Monetárias Passivas	-	-
TOTAL EFEITOS INFLACIONÁRIOS	-	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(6.356.573)	(6.881.298)
(-) Provisão Imposto de Renda e Contribuição Social s/Lucro Líquido	-	-
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(6.356.573)	(6.881.298)
LUCRO (PREJUÍZO) P/ LOTE DE MIL AÇÕES (3.286.364.899 ações ordinárias nominativas)	(1,74)	(1,96)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO***R\$(1,00)*

H i s t ó r i c o	Capital Social	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Prejuízos Acumulados	Patrimônio Líquido
Saldo em 31.12.2013	32.863.649	65.562.269	(292.340.557)	(193.914.639)
Aumento de Capital	2.186.000	-	-	2.186.000
Realização por Depreciação	-	(9.645)	9.645	0
Prejuízo Líquido do Exercício	-	-	(6.881.298)	(6.881.298)
Saldo em 31.12.2014	35.049.649	65.552.625	(299.212.211)	(198.609.937)
Aumento de Capital	1.400.000	-	-	1.400.000
Realização por Depreciação	-	(1.057.941)	1.607.909	549.968,00
Prejuízo Líquido do Exercício	-	-	(6.356.573)	(6.356.573)
Saldo em 31.12.2015	36.449.649	64.494.684	(303.960.875)	(203.016.542)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



**DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**

Em R\$(1,00)

	2.015	2.014
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
RESULTADO DO PERÍODO	(6.356.573)	(6.881.298)
Ajustes:		
Depreciação/Amortização	1.270.531	1.117.094
Perdas Baixa do Imobilizado	12.681	58.611
Despesas (Receitas) que não afetam o Caixa	(5.812.430)	-
(Aumento) Diminuição de Dup. a Receber / Val. a Faturar	4.359.659	1.415.960
(Aumento) Diminuição de Contas a Receber	1.195.202	(712.302)
(Aumento) Diminuição de Outros Ativos Circulantes	403.381	(482.135)
(Aumento) Diminuição do Realizável a Longo Prazo	(26.599)	3.707.112
Aumento (Diminuição) de Fornec. / Emp. / Contas a Pagar	(16.158)	(2.841.058)
Aumento (Diminuição) de Impostos e Contribuições Sociais	(2.898.160)	(8.180.495)
Aumento (Diminuição) de Provisões	1.122.227	930.362
Aumento (Diminuição) de Obrigações com Ações Judiciais	(25.395)	92.335
Aumento (Diminuição) de Outros Passivo Circulante	(1.587.629)	85.259
Aumento (Diminuição) de Outros no Passivo não Circulante	7.032.884	9.755.029
Total dos Ajustes	5.030.194	4.945.772
Caixa (Aplicado)/Gerado em atividade Operacional	(1.326.379)	(1.935.526)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Integralização de Capital	1.400.000	2.186.000
Caixa Gerado em atividades de Financiamentos	1.400.000	2.186.000
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisição de Intangível	(11.152)	(161.912)
Aquisição de Imobilizado	(58.509)	(60.958)
Caixa Aplicado em atividades de Investimentos	(69.661)	(222.870)
AUMENTO LIQUIDO DE CAIXA	3.960	27.604
AUMENTO/DIMINUIÇÃO DISPONIBILIDADES	3.960	27.604
CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO	158.373	130.769
CAIXA NO FIM DO PERÍODO	162.333	158.373

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
R\$ (1,00)**

NOTA 01 – ATIVIDADES

A PRODESAN - Progresso e Desenvolvimento de Santos S/A, sociedade de economia mista, constituída nos termos da autorização contida na Lei Municipal nº 3.133/65, tem como acionista majoritário a Prefeitura Municipal de Santos e suas atividades operacionais abrangem:

- a) Execução de serviços de fiscalização da limpeza urbana;
- b) Realização de atividades industriais relativas a serviços públicos;
- c) Organização e administração de serviços na área de Tecnologia da Informação;
- d) Assistência à Administração Pública Municipal de Santos em áreas de seu interesse;
- e) Realização de quaisquer outras atividades compatíveis com as suas finalidades, inclusive no campo industrial e comercial.

NOTA 02 – ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A Diretoria da PRODESAN - Progresso e Desenvolvimento de Santos S/A, autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis em 29 de janeiro de 2016. Tais demonstrações foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com a atual legislação societária e práticas contábeis, em observância aos Pronunciamentos Contábeis, que incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas de créditos a receber, estimativas de valor justo de certos instrumentos financeiros, estimativas para a determinação da vida útil de ativos e provisões necessárias para passivos contingentes. Portanto, os resultados efetivos podem ser diferentes destas estimativas e premissas.

NOTA 03 - SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do Resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios.



b) Aplicações financeiras

Registradas ao valor de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até o encerramento do exercício.

c) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, corrigidos monetariamente até 31 de dezembro de 1995, ajustado pela provisão para perda provável na realização, quando necessário.

d) Imobilizado

Está registrado ao custo de aquisição ou construção corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. As depreciações e amortizações são calculadas pelo método linear às taxas descritas na Nota explicativa nº 07.

A empresa não efetuou testes de recuperabilidade em seus ativos móveis, os quais em sua maioria já estão totalmente depreciados, e a parcela restante é ínfima ante o patrimônio total da empresa que já está avaliado, no entanto, no próximo exercício deverá ser contratada uma empresa especializada para aplicação do pronunciamento Técnico CPC 01, onde alguns procedimentos deverão ser observados, tendo em vista, que parte de seus bens estão gravados por conta de execução fiscal, trabalhista e cível, conforme nota explicativa nº 12.

e) Ativo Circulante / Não Circulante e Passivo Circulante e Não Circulante

Os ativos são apresentados por seus valores de realização, acrescidos quando aplicável, dos correspondentes encargos financeiros, atualização monetária e juros. Os passivos estão apresentados por valores correspondentes às obrigações assumidas, acrescidos dos encargos financeiros, atualização monetária e, quando cabível, de juros moratórios e multas. A provisão de férias é constituída com base nos períodos aquisitivos completos e proporcionais dos funcionários, até a data do balanço, acrescida dos encargos sociais e previdenciários correspondentes. A provisão para contingências é constituída e atualizada, tendo por base a opinião de seus Assessores Jurídicos, sobre as probabilidades de perdas, sendo considerada suficiente para cobrir eventuais perdas com ações trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento.

NOTA 04 – PARCELAMENTOS – LEIS Nº. 11.941/2009 E 13.043/2014

Foi publicada na data de 13 de novembro, a conversão da MP 651/2014 na Lei nº 13.043/2014. Em seu artigo 33, a referida lei permitiu que os parcelamentos com débitos vencidos até 31/12/2013, poderiam mediante requerimento, utilizar créditos próprios de prejuízos fiscais apurados até 31/12/2013, desta forma, o parcelamento ordinário da Cofins não cumulativo, foi incluso nesta forma



de pagamento, em observação ao item I do inciso 4º, onde condiciona a quitação de 30% do saldo devedor e o saldo remanescente do parcelamento, conforme o art. 33 da respectiva Lei foi compensado com a utilização dos créditos de prejuízos fiscais. O débito previdenciário de nº 36612226-6, parcelado na forma da Lei nº 11.941/2009, ainda consta pendente de consolidação, o débito foi negociado em 180 parcelas, com os benefícios no tocante à redução dos juros, multa e despesas legais. Foi contabilizado no Ativo o crédito fiscal no tocante ao prejuízo fiscal, utilizado na compensação dos parcelamentos. No exercício, a empresa honrou os pagamentos dos parcelamentos dos impostos e contribuições negociados.

Os débitos parcelados estão registrados como segue:

Circulante	2015	2014
PGFN – débitos previdenciários	2.661.284	2.661.284
RFB – débitos previdenciários	614.135	2.663.384
PGFN – demais débitos	1.580.717	1.580.716
RFB – demais débitos	177.864	177.864
TOTAL	5.034.000	7.083.248
Não Circulante	2015	2014
PGFN – débitos previdenciários	24.791.330	28.001.392
RFB – débitos previdenciários	941.362	1.062.828
PGFN – demais débitos	12.258.624	13.839.339
RFB – demais débitos	1.378.444	1.556.307
TOTAL	39.369.760	44.459.866

NOTA 05 - VALORES A RECEBER

Os valores a receber são compostos por grupos de contas derivadas de suas atividades operacionais, assim:

5.1 – Duplicatas a receber	2015	2014
Prefeitura Municipal de Santos		
- Serviços Gráficos	-	520.116
- Serviços de Pessoal Externo	-	11.933
- Serviços de Informática	-	1.758.784

- Serviços de Limpeza Urbana	20.577	3.499.359
- Serv. Engenharia e Arquitetura	-	422.608
- Serviços Conservação de Vias	1.486.760	1.918.755
- Serviços Diversos Terceiros	319.583	3.322.947
- Serviços Diversos PMS	5.267.872	-
Total Geral	<u>7.094.792</u>	<u>11.454.502</u>

Os saldos das contas de duplicatas a receber da Prefeitura do Município de Santos eram formados por valores de diversos exercícios anteriores, relativos a serviços realizados. No entanto, após diversos esforços de cobrança, inclusive por via judicial, não foi possível receber tais valores, sendo assim a Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) que estava constituída foi baixada. Parte dos valores em aberto (R\$ 1.079.400,18) não estavam provisionados e foram diretamente baixados para a despesa em 31/12/2015. Encontram-se em aberto apenas os valores atuais e aqueles relacionados a processo judicial corrente, o que impede a sua baixa no momento.

5.3 – Contas a Receber

Circulante	2015	2014
Prefeitura Municipal de Santos		
- Aluguéis e Condomínios	-	211.087
- Outras	-	1.914
Total	-	213.001
Outras Contas a Receber	10.798	993.490
Total no Circulante	10.798	<u>1.206.491</u>

NOTA 06 – OUTROS CRÉDITOS

6.1 - OUTRAS CONTAS A RECEBER

Valores a receber referentes adiantamentos, valores em conta vinculada e Depósitos Judiciais, especificamente de Ações judiciais, sofrida de fornecedores de bens e serviços.

6.2 – IMPOSTOS RECUPERÁVEIS

Os valores dos impostos recuperáveis, inclusive de impostos e contribuições retidos sobre os serviços prestados, valores estes atualizados e compensados mensalmente com impostos da mesma natureza.

Composição

	2015	2014
Outras Contas a Receber		
- Adiantamentos	134.865	112.465
- Outros Créditos	220.006	419.377
Retenções		
- Retido na fonte – ano base 2013	-	310.493
- Retido na fonte – ano base 2014	-	527.562
- Retido na fonte – ano base 2015	616.335	-
- Outras Retenções	16.715	97.857
- Crédito Prejuízo Fiscal	1.712.304	1.712.304
Total	<u>2.700.225</u>	<u>3.180.058</u>
Não Circulante		
- Outros Créditos	788.816	762.217
Total	<u>788.816</u>	<u>762.217</u>

NOTA 07 – IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

	% Taxas Depreciação Amortização	Custo	Depreciação Amortização Acumulada	Líquido 2015	Líquido 2014
Terrenos	-	73.441.679	-	73.441.679	73.441.679
Edificações/ Benfeitorias	4	22.460.025	1.647.068	20.812.956	21.754.041
Maq.e Equip.	10/20	3.135.964	2.811.020	324.944	440.660
M. e Utensílios	10/20	691.799	462.560	229.239	241.142
Veículos	20	1.621.349	1.551.849	69.500	119.139
Instalações	10/20	886.175	693.169	193.006	208.296
Outros	10/20	<u>282.578</u>	<u>268.124</u>	<u>14.454</u>	<u>12.707</u>
Total		102.519.569	7.433.790	95.085.778	96.217.664
Intangível	10/20	630.666	480.570	150.096	189.750

NOTA 08 - OBRIGAÇÕES SOCIAIS E PREVIDENCIÁRIAS

As Obrigações Sociais e Previdenciárias estão compostas pelos seguintes grupos de contas:

	2015	2014
Composição		
INSTITUTO NACIONAL SEGURO-INSS		
Contribuições a vencer	516.733	1.283.083
FUNDO GARANTIA TEMPO SERVIÇO-FGTS	352.320	328.138
-Outras Obrigações	11.054	10.161
Total	880.107	1.621.382
PARCELAMENTOS		
- FUNDO GARANTIA TEMPO SERVIÇO-FGTS		
Parcelamento 180 meses	723.399	684.735
LEI 11.941-OB.SOCIAIS PREVIDENCIARIAS		
Parcelamento 180 meses	3.128.144	3.129.556
COFINS/PASEP		
Parcelamento 60 meses	707.598	1.048.430
LEI 10.522-PREVIDENCIÁRIAS		
Parcelamentos 60 meses	327.727	2.195.112
OUTRAS OBRIGAÇÕES	12.981	12.998
Total	4.899.849	7.070.831
Total Geral	<u>5.779.956</u>	<u>8.692.213</u>

NOTA 09 - OBRIGAÇÕES FISCAIS E TRIBUTÁRIAS

	2015	2014
Composição		
COFINS		
Contribuições a vencer	335.929	260.127
Contribuições vencidas	-	7.064

PASEP

Contribuições a vencer	72.932	56.475
------------------------	--------	--------

IMPOSTO DE RENDA NA FONTE

Contribuições a vencer	294.540	267.248
------------------------	---------	---------

Contribuições vencidas	-	131.120
------------------------	---	---------

Imposto s/Circ.Merc.Serv.-ICMS

Contribuições a vencer	95.410	59.743
------------------------	--------	--------

<u>OUTRAS OBRIGAÇÕES</u>	<u>11.297</u>	<u>16.665</u>
---------------------------------	----------------------	----------------------

Total	810.108	798.442
--------------	----------------	----------------

PARCELAMENTOS
Lei 11.941-DEMAIS DÉBITOS

Parcelamentos 180 meses	1.758.581	2.817.568
-------------------------	-----------	-----------

Total no Circulante	2.568.689	3.616.010
----------------------------	------------------	------------------

Não Circulante
Obrigações Tributárias
Lei 11.941-DEMAIS DÉBITOS

Parcelamentos 180 meses	13.637.067	15.395.647
-------------------------	------------	------------

- Tributos diferidos	27.481.931	28.031.899
----------------------	------------	------------

Total	<u>41.118.998</u>	<u>43.427.546</u>
--------------	--------------------------	--------------------------

NOTA 10 – PARCELAMENTOS A LONGO PRAZO
--

10.1 - Composição
2015
2014
OBRIGAÇÕES SOCIAIS/PREVIDENCIÁRIAS
FGTS

Parcelamento 180 meses	1.157.438	1.809.659
------------------------	-----------	-----------

LN.S.S./SALE.EDUCAÇÃO

Parcelamento 240 meses	145.010.491	145.010.491
------------------------	-------------	-------------

LEI 11.941-OB.SOCIAIS E PREVIDENCIÁRIAS

Parcelamento 180 meses	25.732.692	28.515.442
------------------------	------------	------------

COFINS/PASEP

Parcelamento 60 meses	1.190.488	1.227.301
-----------------------	-----------	-----------

LEI 10.522-PREVIDENCIÁRIAS

Parcelamento 60 meses	586.467	548.778
-----------------------	---------	---------





<u>OUTRAS OBRIGAÇÕES</u>	-	-
Total	173.677.576	177.111.671
<u>OBRIG.FISCAIS E TRIBUTÁRIAS/OUTRAS</u>		
<u>LEI 11.941-DEMAIS DÉBITOS</u>		
Parcelamento 180 meses	13.637.067	15.395.646
<u>OUTRAS OBRIGAÇÕES</u>	94.334.280	87.015.212
Total	107.971.347	102.410.858
Total Geral	<u>281.648.923</u>	<u>279.522.529</u>

10.2 – Parcelamentos

10.2.1 – INSS

O saldo em 31 de dezembro de 2015 de R\$ 145.010.491 no grupo de Obrigações Sociais e Previdenciárias está sendo amortizado pela Prefeitura Municipal de Santos que, com base na Lei Municipal nº 1835, de 27 de dezembro de 1999, contratou o refinanciamento da dívida mobiliária da Prodesan junto ao INSS, com débito consolidado em 30 de novembro de 2001; a amortização é feita através de retenção da quota parte do Fundo de Participação dos Municípios – FPM.

10.2.2 – Parcelamento – Lei 11.941/09 e Lei 10.522/02

Foi formalizado termo de compromisso para pagamento de débitos, resultante da autorização contida na Lei Municipal nº. 2.739, de 21 de dezembro de 2010, onde a Prefeitura Municipal de Santos garantirá o pagamento integral das parcelas dos acordos de parcelamento de débitos da Prodesan junto à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN e Receita Federal do Brasil – RFB, ajustados nos termos das Leis Federais nºs. 11.941, de 27 de maio de 2009, e 10.522, de 19 de julho de 2002. O Termo de Compromisso nº 43/2011, processo nº 19379/2009-98, foi firmado em 240 parcelas, as quais são atualizadas pela variação anual do IPCA. O saldo total da amortização, mais a variação anual do IPCA até 31/12/2015 foi de R\$ 51.161.593.

10.2.3 – FGTS

Em 21/06/2001 foi celebrado junto a Caixa Econômica Federal parcelamento em 180 prestações, referente ao débito do FGTS, relativa às competências de maio de 1996 a maio de 2001 não recolhidas. O saldo total devido em 31/12/2015 é de R\$ 1.880.837 (curto e longo prazo).

10.2.4 – Atualização Monetária – débitos previdenciários

Os valores das dívidas previdenciárias estão sendo atualizados monetariamente, de acordo com a legislação em vigor.

10.2.5 – Parcelamento – Lei 11.941/09 e 13.043/2014

Conforme nota explicativa nº 4.

10.2.6 – Atualização Monetária – débitos tributários

Os valores das dívidas tributárias estão sendo atualizados monetariamente, de acordo com a legislação em vigor.

NOTA 11 – CONTINGÊNCIAS

Processos Cíveis e Trabalhistas

Valores relativos a ações trabalhistas e cíveis são reconhecidos de acordo com a posição dos advogados, e estão assim constituídas:

	2015	2014
Composição		
OBRIGAÇÕES AÇÕES JUDICIAIS		
Circulante	679.645	705.040
Não Circulante	383.584	686.334
Total	1.063.229	1.391.374
PROVISÕES PARA CONTIGÊNCIAS		
Circulante	4.570.092	3.832.787
Não Circulante	168.805	135.135
Total	4.738.897	3.967.922
Total Geral	5.802.126	5.359.296

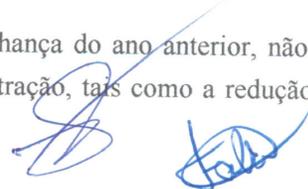
As contingências mencionadas estão garantidas por bens do imobilizado.

NOTA 12 – ONUS E GRAVAMES DE BENS

Os bens do imobilizado estão, em sua maior parte, penhorados devido a diversos processos de natureza fiscal, trabalhista e cível cujas contingências estão mencionadas na nota explicativa nº 11.

NOTA 13 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO E PRINCIPAIS VARIAÇÕES NO RESULTADO

A situação patrimonial da Prodesan no Exercício de 2015, a semelhança do ano anterior, não foi positiva, mesmo com todos os esforços empreendidos pela Administração, tais como a redução de



custos dos serviços e produtos, despesas com Pessoal e Despesas Administrativas. Eventos como a redução das receitas de serviços prestados ao Município de Santos, aumento da taxa Selic, que remunera os parcelamentos em vigor, aumento de custos indiretos como os de luz, água, reajustes dos preços contratuais, tais fatores que são comuns a um momento de recessão como esse que o país atravessa, e estes em conjunto culminaram em um resultado deficitário no exercício.

13.1 – Despesas com Pessoal

As despesas com folha de pagamento e encargos representaram no exercício de 2015, um dispêndio de R\$ 52 milhões.

13.2 – Capital de Giro

Os recursos financeiros advindos de suas atividades operacionais não possibilitaram a manutenção do fluxo de caixa, desta forma houve aplicação de recursos da Sócia Majoritária de R\$ 1,4 milhão.

13.3 – Resultado do Exercício

No exercício de 2015 a empresa auferiu resultado negativo (Déficit) de R\$ 6 milhões, um dos elementos que refletiu para este resultado, foi a diminuição da Receita Operacional Bruta em torno de R\$ 1 milhão, e as despesas financeiras decorrentes do alto juro dos parcelamentos e demais variações em outras despesas.

13.4 – Custo do serviço prestado.

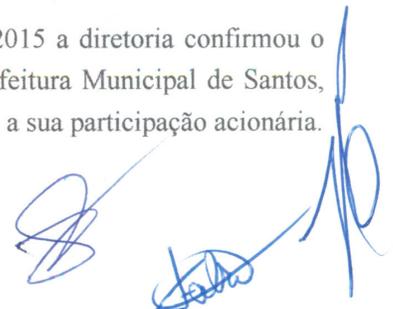
Nota-se uma redução de quase R\$ 2 milhões nos custos dos serviços e produtos vendidos em relação ao exercício de 2014, o que evitou um prejuízo ainda maior no exercício.

13.5 – Despesas administrativas.

Permaneceram em níveis semelhantes ao ano anterior, exceto aquelas flutuações comuns ao mercado, ocasionadas por um período de recessão econômica, como o aumento dos custos de luz, água, combustíveis e reajustes de preços em contratos vigentes.

NOTA 14 - CAPITAL SOCIAL E RESERVAS

Na 272ª Reunião do Conselho de Administração realizada em 24/07/2015 a diretoria confirmou o aumento de capital em R\$ 6.000.000,00, conforme aprovado pela Prefeitura Municipal de Santos, como acionista majoritário, com a subscrição das ações correspondentes a sua participação acionária.



Ainda em 2015, houve aporte de capital no montante de R\$ 1.400.000,00 assim o capital integralizado em 31/12/2015 está representado por 3.504.964.899 ações ordinárias nominativas de R\$ 0,01 cada. A Prefeitura Municipal de Santos detem 3.501.810.685 ações, correspondente a 99%, do capital total.

A empresa, considerando o artigo 6º, da Lei 11.638 de 28/12/2007, optou por manter os saldos existentes nas reservas de reavaliação até a sua efetiva realização.

NOTA 15 - COBERTURA DE SEGUROS

A empresa mantém cobertura de seguros para os bens do imobilizado e estoque sujeitos a riscos em montante que considera suficiente face os riscos envolvidos. A composição das coberturas em 31.12.2015 está assim constituída:

DISCRIMINAÇÃO	VALOR
Edifícios	20.934.552
Veículos – Danos Materiais e Terceiros	900.000
Veículos – Danos Pessoais e Terceiros	900.000
Total	22.734.552



ODAIR GONZALEZ
Diretor Presidente



JEFERSON NOVELLI DE OLIVEIRA
Diretor Administrativo e Financeiro



FABIO HALISON SIQUEIRA DE OLIVEIRA
CRC 1SP 295.990/O-1





RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Diretores da
PRODESAN – PROGRESSO E DESENVOLVIMENTO DE SANTOS S/A.
Santos - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da PRODESAN – PROGRESSO E DESENVOLVIMENTO DE SANTOS S/A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da empresa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da empresa. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Base para opinião com ressalvas

A Prefeitura Municipal de Santos, com base na Lei Municipal nº 1.835, de 27 de dezembro de 1999, contratou o refinanciamento da dívida mobiliária da PRODESAN – PROGRESSO E DESENVOLVIMENTO DE SANTOS S/A junto ao INSS, consolidada até 30 de novembro de 2001, com amortização dos débitos realizados através de retenção da quota-parte do Fundo de Participação do Município (F.P.M.). A PRODESAN – PROGRESSO E DESENVOLVIMENTO DE SANTOS S/A, porém, não possui a homologação desse procedimento para o registro contábil.

A PRODESAN – PROGRESSO E DESENVOLVIMENTO DE SANTOS S/A, não efetuou os testes de recuperabilidade em seus ativos móveis, em cumprimento ao Pronunciamento Técnico CPC 01, mantendo-se os saldos pelo custo histórico de aquisição, não sendo possível avaliarmos os efeitos, caso esta prática contábil fosse aplicada, no seu resultado e no seu patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2015.

Opinião com ressalvas

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos nos parágrafos base para opinião com ressalvas, essas demonstrações contábeis apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da PRODESAN – PROGRESSO E DESENVOLVIMENTO DE SANTOS S/A., em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme mencionado na nota explicativa nº 12, a maior parte dos bens do ativo imobilizado da PRODESAN – PROGRESSO E DESENVOLVIMENTO DE SANTOS S/A, estão com gravames processuais, por conta de execução fiscal, trabalhista e cível, não sendo possível avaliar seus efeitos nas demonstrações contábeis.

Outros Assuntos

As demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2015, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis aplicáveis a uma empresa no curso normal de suas atividades, pressupondo a realização dos seus ativos e o cumprimento das suas obrigações no curso normal de suas operações. Assim, os aspectos mencionados neste Relatório devem ser considerados em uma avaliação da continuidade normal das operações da PRODESAN – PROGRESSO E DESENVOLVIMENTO DE SANTOS S/A. A continuidade normal de suas operações está consubstanciada em medidas urgentes de saneamento financeiro, através de aporte de capital e reestruturação de seus custos e despesas operacionais, principalmente de pessoal e encargos sociais, visando a retomada da sua lucratividade e o do capital circulante positivo.



São Paulo, 18 de fevereiro de 2016.

Hugo Francisco Sacho
SACHO - AUDITORES INDEPENDENTES
CRC - 2SP 017.676/O-8

Hugo Francisco Sacho
HUGO FRANCISCO SACHO
CRC - ISP 124.067/O-1